



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

744/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 SET, 2011

1º Secretário

EMENTA: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA ESTADUAL CONTRA CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE", a ser comemorado anualmente na data de 07 de setembro.

Art. 1.º - Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA ESTADUAL CONTRA CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE", a ser comemorado anualmente na data de 07 de setembro.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem como função instituir o Dia Estadual contra corrupção e impunidade, a fim de incentivar o movimento ocorrido nesta último 07 de Setembro quando os tradicionais desfiles das Forças Armadas em homenagem à Independência do Brasil tiveram como concorrentes, em várias cidades por todo o país, as Marchas Contra a Corrupção e a Impunidade.

Um dos temas na pauta da Marcha contra a Corrupção é a defesa de votação aberta no Congresso Nacional, tese que ficou fortalecida após a absolvição de Jaqueline Roriz, que se deu por voto secreto.

Os manifestantes defenderam também a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, um vez que parte dos ministros do STF já se manifestou dizendo que a lei fere o princípio da presunção de inocência, por entender que somente com condenação transitada em julgado (sem possibilidade de recurso) políticos poderiam ser inelegíveis.

O movimento conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Para o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, o importante é chamar a atenção para temas de combate à corrupção que ainda geram baixo engajamento popular. Entre esses temas estão o fim do voto secreto no Congresso Nacional, a celeridade no julgamento de casos de corrupção, o fim de emendas parlamentares individuais, a redução de cargos comissionados, a transparência nos gastos públicos e a declaração imediata da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, que aguarda julgamento definitivo no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim sendo, pedimos o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis para aprovação da presente proposição.

RECEBUEMOS EM 13/09/2011 ÀS 15:58 1102/6841 85:51



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*

PARECER AO PROJETO DE LEI 744/11

Projeto de Lei nº 744/11
Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia Estadual Contra Corrupção e Impunidade", a ser comemorado anualmente no dia 07 de setembro.

EMENTA: INTITUI O DIA ESTADUAL CONTRA A CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, objetiva instituir o Dia Estadual Contra a Corrupção e Impunidade, a ser comemorado no dia 07 de setembro de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada;

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

O A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

O Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

¹ DE MORAES, Alexandra, *Direito Constitucional*, Ed. Atlas; São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

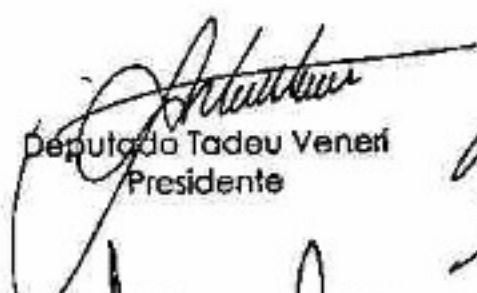
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 744/11

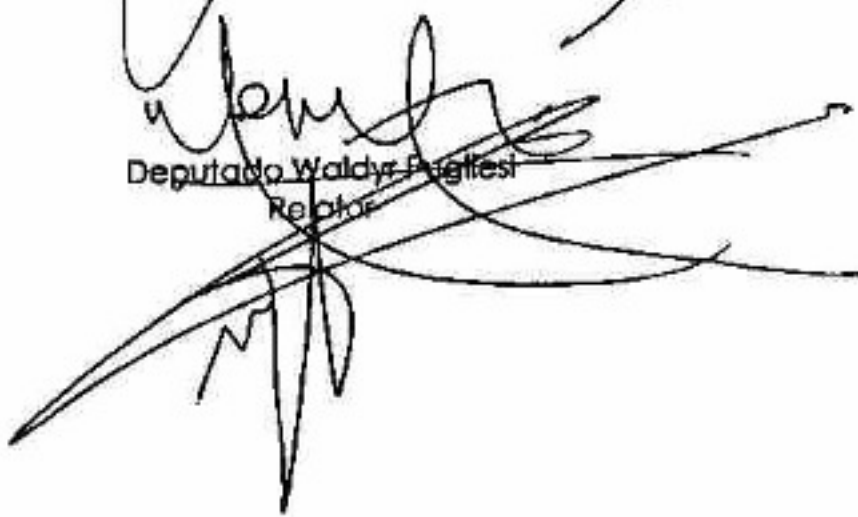
O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Ney Leprevost tem por finalidade instituir o Dia Estadual contra a corrupção e a impunidade.

Entendendo que a matéria relevante importância ao interesse público e o Projeto de Lei estar revestido de constitucionalidade, presentes todos os requisitos Constitucionais e legais, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

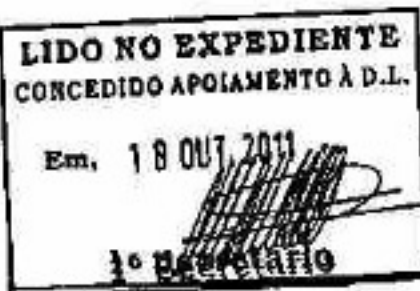
Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator



PROJETO DE LEI Nº 813/11



Súmula: Denomina Viveiro Florestal Felipe Roberto Diapp ao Viveiro de Mudas da Regional de Curitiba do Guatupê, conforme especifica.

Art. 1º. Fica denominado Viveiro Florestal Felipe Roberto Diapp ao Viveiro de Mudas da Regional de Curitiba do Guatupê.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em


Hermas Junior
Deputado Estadual

16:16 19/10/2011 000128 OF ASSUNTO 1519.0708 DE 1034



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa homenagear o engenheiro agrônomo Felipe Roberto Diapp, funcionário de carreira do D.E.R. (Departamento de Estrada e Rodagem), que passou a integrar o quadro de pessoal do Instituto de Terras e Cartografia (ITC) após a sua criação, assumindo inicialmente, o cargo de Diretor do Departamento de Recursos Naturais Renováveis.

Durante o exercício das suas atribuições profissionais no ITC até a data da sua aposentadoria, na década de 90, o engenheiro Felipe Diapp, atuou nas áreas técnicas e administrativas do Instituto, como Coordenador de Desenvolvimento Florestal e, também, da Ilha do Mel. Foi Chefe da Equipe de Planejamento, Chefe da Assessoria da Presidência do ITC, Responsável pela área Administrativa e Técnica da Coordenação de Programa Paraná Rural perante a Secretaria de Agricultura, participou de vários grupos de trabalho instituídos para elaboração de diretrizes, além de ter representação em nível nacional e internacional.

Um homem com visão de futuro, numa época em que não se discutiam temas como: sustentabilidade e biodiversidade. Propugnou para que as ações de regularização fundiária desenvolvidas pelo ITC, também se destinassem a reservar áreas para constituir Unidades de Conservação Estaduais. Assim além de mentor, teve participação decisiva na criação de algumas unidades de conservação representativas para o Estado do Paraná, dentre elas: o Parque Estadual das Lauráceas, Parque Estadual do Rio da Onça e Reserva de Amaporã.



Estruturou os viveiros recebidos do IAPAR para a produção de mudas florestais nativas e realizou trabalhos visando reconstruir a cobertura florestal ciliar inexistente, ao longo de trechos de rios da região Noroeste do Paraná, ao que se pode atribuir como uma ideia embrionária do atual Programa de Recuperação de Matas Ciliares do Estado.

Ao longo da sua trajetória profissional granjeou respeito e admiração dos colegas de trabalho não só pela sua capacidade empreendedora, mas, por tratar a todos com humildade e justiça. Aos seus subordinados, soube distribuir tarefas à altura de sua capacidade de realização. O servidor Felipe Diapp teve a sua vida pautada por uma conduta ilibada até os finais de seus dias, quando faleceu no início do ano de 2010, aos 64 anos de idade.

Com fundamento no seu exemplo de vida e contribuições ao meio ambiente do Estado do Paraná é que se propõe a homenagem em designar ao viveiro de produção de mudas do Guatupê o nome de Viveiro Florestal Felipe Roberto Diapp, como forma de preservar a memória e a história daqueles que dedicam a sua vida para a proteção ambiental no Estado do Paraná.

Por isso, peço aos meus pares que votem favoravelmente a este Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 819/11

Projeto de Lei nº 819/11
Autor: Deputado Hermas Junior

Súmula: Denomina Viveiro Florestal Felipe Roberto Diapp o Viveiro de Mudanças da Regional de Curitiba do Gualupê, conforme especifica.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIVEIRO FLORESTAL POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL DO IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - E DA SEAB - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - CONSTATAÇÃO DE QUE REFERIDO VIVEIRO NÃO POSSUI NENHUM NOME OFICIAL ART. 65 E 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 33 e 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 55 DA LEI 8761/88. CONSTITUCIONAL E LEGAL APROVAÇÃO.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Junior, objetiva denominar Felipe Roberto Diapp o viveiro de mudas da Regional de Curitiba do Gualupê.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Justifica o autor, em resumo, na trajetória profissional do homenageado e suas contribuições ao meio ambiente do Estado do Paraná.

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO DESTA CASA.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

O Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salva para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem pública de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

O Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme resposta à diligência ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), manifestada pelo Ofício nº 927/2011/IAP/GP, de autoria do Diretor Presidente do IAP, LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO, o viveiro em questão não possui denominação, dessa forma nada impede a aprovação do Projeto de Lei em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido é o parecer da SEAB, não se opondo à aprovação do projeto.

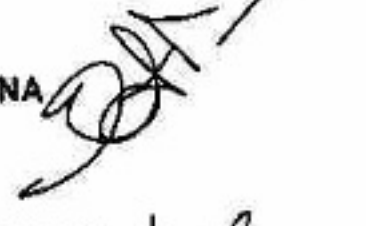
Desta forma, não se verifica nesta seara, óbice relativo à Constitucionalidade ou Legalidade no presente projeto, sendo que questões acerca de seu oportunismo e conveniência devem ser objeto de debate em Plenário.

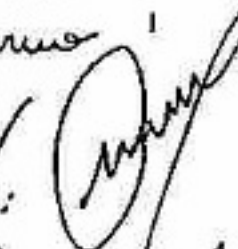
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

Diante do exposto, tendo em vista a LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto, bem como o parecer informando acerca da inexistência de denominação no referido Vivetro, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2011.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator


Teruo
suplente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Böhner
MEMBROS

Deputado Adelfino Ribeiro; Deputado Ademir Bier; Deputado Elton Welber;
Deputado Pastor Edson Pracylo; Deputado Tenis Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 819/2011

Projeto de Lei nº 819/2011
Autor: Deputado Hermas Junior

Súmula: Denomina VIVEIRO
FLORESTAL FELIPE ROBERTO DIAPP
ao viveiro de mudas da Regional de
Curitiba do Guatupê, conforme
especifica.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 819/11, de autoria do Deputado Hermas Junior, denomina Viveiro Florestal Felipe Roberto Diapp ao viveiro de mudas da Regional de Curitiba do Guatupê.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 819/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar denominação ao viveiro de mudas da Regional de Curitiba do Guatupê. Consta ainda no presente projeto parecer do IAP e da SEAB, no que tange a informações sobre possíveis denominações.

Tal proposição, faz uma honrosa homenagem ao engenheiro agrônomo Felipe Roberto Diapp, funcionário de carreira do DER, que exerceu cargos importantes como a Direção do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, o que faz jus a esta digna homenagem.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, vindo de encontro ao interesse público em homenagear um cidadão tão ilustre e que faz parte da história do nosso Estado.

Desta forma, o Projeto de Lei 819/11 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei, visa homenagear o engenheiro agrônomo Felipe Roberto Diapp, funcionário de carreira do D.E.R, homem com visão de futuro, que buscou diversos mecanismos para colaborar com o Estado do Paraná, de forma que tal homenagem vem de encontro com os objetivos do supracitado cidadão paranaense.

IV - VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.



Desta forma opto pela Aprovação do referido **Projeto de Lei 819/11**, em sua forma apresentada.

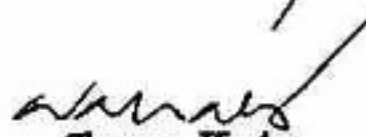
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 13 de dezembro de 2011.



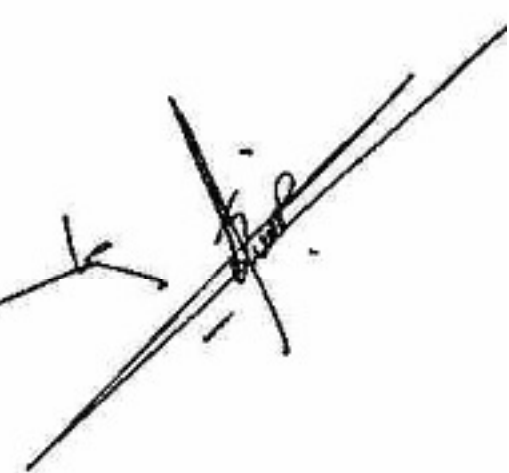
MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



Teruo Kato

Relator





DEP. PÉRICLES DE MELLO

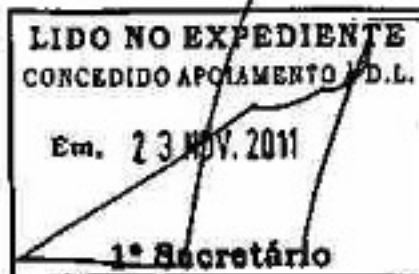
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Projeto de lei n. 918/2011



Súmula: Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Arnaldo Monteiro Bach.

Art. 1º Fica Concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Arnaldo Monteiro Bach.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2011

Péricles de Hollabem Mello
Deputado Estadual - PT

16-07 23-11/2011 009019 Nº ASSUNTO LEGISLAÇÃO DE PENS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Justificativa

A proposição dessa homenagem ficará registrada nas páginas da vida de um grande talento da literatura paranaense, que, em boa hora, merece o nosso reconhecimento. Autor de diversos livros com registros da cultura local da região dos Campos Gerais, Arnaldo Monteiro Bach tem se dedicado a contar a história do Paraná, como na sua publicação mais recente, "Tropeiros de Colônia Cecília", lançada neste mês de novembro.

Considero Bach um desbravador. Suas publicações trazem fatos reais dos colonizadores do nosso Estado. Entre suas obras estão *Carroções*, *Carroções: outras histórias* e *Vapores* que integra a Série Casa Paranaense, publicados pela Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa; *Alemães do Volga no Pugas*; *Contos Fantásticos*; *Contos Mágicos*; *Trens* e *Porcadeiros*.

Como amigo e admirador do trabalho de Bach, tive a honra de fazer parte da sua carreira literária ao assinar o prefácio do livro *Trens*, onde o autor conta a história do trem ferroviário pelos mais distantes pontos do território nacional.

Para expressar os meus sentimentos e satisfação em ter participado desse projeto e falar um pouco mais sobre as ferrovias brasileiras, segue a íntegra do prefácio do livro:

O livro de Arnaldo Monteiro Bach é de importância fundamental para a preservação da memória ferroviária paranaense. Ao descrever de forma simples e clara a implantação do sistema ferroviário brasileiro – particularmente da Região Sul e do Paraná Tradicional – aproxima o leitor de um período histórico que marcou a nossa identidade mais profunda.

O trem e a ferrovia configuram o cenário onde se apresenta a teatralidade das relações sociais e da experiência humana. Nos desenhos da engenharia nacional ou no trabalho anônimo de um guarda-freios, nas viagens, no entorno dos trilhos, nos pátios das estações vão se revelando – pela sensibilidade do autor, nos acontecimentos e nas vozes por ele escolhidas – as realizações e os anseios, os dramas e as frustrações de toda uma época.

A narrativa permeada pela fala de diversos atores (os acontecimentos marcantes da história oficial, o universo dos ferroviários e imigrantes, o desenvolvimento das cidades, a afirmação de novos costumes e signos e de nova sociabilidade) promove um encontro feliz entre história e literatura. Desse modo, Arnaldo traz a cena também, e principalmente, a experiência de pessoas comuns, antes que só participam da História Oficial como um detalhe da paisagem. Confirma em seu livro a assertiva de João Cabral de que "não há melhor resposta que a do espetáculo da vida".

*O elemento comum às experiências aqui relatadas é o trem. Assim como em momentos anteriores, o autor usou os *carroções* e os *vapores*.*

*É significativo que para o autor esses veículos – *carroções*, *vapores* e *trens* – sejam os elos temáticos e narrativos que unem pessoas tão distantes de escala social ou econômica em nosso país. Há nisso uma consciência muito humana de que nossas vidas se fazem pela lógica do movimento. Movermo-nos no espaço e no tempo; a sensibilidade de Antônio Monteiro Bach foi*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



capaz de identificar no cenário nacional a importância desses veículos de transporte e dos movimentos possíveis por meio deles.

O trem como veículo de sonho e de tempo. Sonho e tempo vivido por pessoas como Irineu, o Barão de Mauá, ou os rapazes do Segundo Batalhão Ferroviário, instalado em Rio Negro, no ano de 1938.

O olhar do autor de TRENDS nos revela o poder simbólico que as estações, os trens e todos os elementos que compõem a noção de viagem, desde o som dos apitos até os trilhos no horizonte, exercem sobre o imaginário humano.

O apelo da viagem se faz na imagem dos carroções, dos vapores e dos trens. Também a nostalgia das viagens é um movimento relevante para que nos tornemos sensíveis ao movimento que já fizemos e aqueles que ainda faremos. Como nos lembra Otávio Paz: "A memória não é apenas a capacidade automática que temos de recordar; é a forma mais alta da imaginação humana. Se a memória se dissolve, o homem se dissolve".

Que o livro de Arnoldo se espalhe por nossas bibliotecas e livrarias; e sirva de inspiração para nossos homens públicos e todos aqueles que lutam com enormes dificuldades para preservar a memória e resgatar a identidade de nossa gente.

Arnoldo Monteiro Bach nasceu em 14 de janeiro de 1960, em Palmeira, região dos Campos Gerais do Paraná. É filho de Olívia Cardoso Monteiro Bach e Roberto Biehl Bach. Casado com Soeli Mariana da Concelção Bach, tem três filhos: Ayron, Arlon e Bleina.

Formou-se em Letras pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Iratí, em 1985. É especialista em Fundamentos, Teoria e Análise do Processo Instrucional, em nível de 3º Grau, pela Universidade Federal do Paraná. Trabalhou no jornal Gazeta de Palmeira, é radialista, professor, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, membro da Academia de Letras dos Campos Gerais e Cidadão Benemérito de Palmeira.

Arnoldo é Idealizador do Museu Sítio Minguinho, vinculado ao Ministério da Cultura, o qual abriga vários memoriais, entre eles o Memorial da Colônia Cecília. Também é sócio Benemérito da Associação Germânica dos Campos Gerais e Barão do Sítio Minguinho, título conferido pela Soberana Ordem do Sapo, de Curitiba.

Recebeu a comenda do Tropeiro, concedida pela Paraná Turismo, por ocasião das comemorações dos 300 anos dos Campos Gerais. Recebeu duas Moções de Aplauses da Câmara Municipal de Palmeira e Voto de Louvor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo lançamento do Livro Vapores, além do Prêmio Apolo Taborda França de Literatura, na categoria "Prosa", com os livros Carroções, conferido pelo Rotary Clube de Curitiba (Alto da Glória). Entre outras homenagens destaca-se ainda o Mérito Rotário do Rotary Clube de Palmeira e com a Medalha ao Mérito "Manoel Demétrio", conferido pela Loja Maçônica Manoel Demétrio, de Palmeira; Moções de Aplauses da Câmara Municipal de Palmeira e da Assembleia Legislativa do Paraná, pelo lançamento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



do livro Porcadeiros. Recebeu o troféu Tropelros, conferido as dez personalidades divulgadoras do Troperismo no Paraná; troféu Cultura, conferido pela Associação Cata-Vento.

Por essa história recheada de realizações é que apresentamos essa proposição de título de Cidadão Benemérito, para que a Assembleia Legislativa do Paraná também faça parte da história de Arnaldo Monteiro Bach, um ícone da nossa cultura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 918/2011

Projeto de Lei nº 918/2011

Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR ARNOLDO MONTEIRO BACH.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná AO SENHOR ARNOLDO MONTEIRO BACH.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da proposição devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

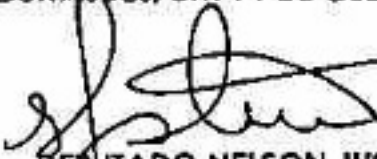
Comissão de Constituição e Justiça

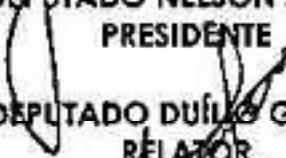
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR